



GT – 06: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo

RIO DE JANEIRO: A CIDADE QUE NÃO CABE EM SI MESMA, ENTRE A INFORMALIDADE E A DESIGUALDADE

André Luiz Teodoro Rodrigues

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

andre.rodrigues16@live.com

RESUMO

No Brasil, há uma unanimidade quando abordamos a cidade do Rio de Janeiro em algum assunto sempre são apontadas as vocações desse espaço urbano, ambiente que une com maestria suas condições naturais e as paisagens culturais. Soma-se a isso as celebrações do carnaval, réveillon e futebol, um ambiente que possui uma grande expertise turística. Apesar de todos esses fatores, a metrópole carioca é uma das mais desiguais do Brasil, já que apresenta um elevado contingente de desempregados, indivíduos sem-teto e altos índices de criminalidade. Uma alternativa a esse expressivo número da População em Idade Ativa (PIA) é “sobreviver” dos trabalhos precarizados e informais, carentes de qualquer segurança social. O objetivo deste artigo é elucidar possíveis causas, estatísticas e perspectivas sobre as atividades informais e a pobreza urbana.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho; Informalidade; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior do Brasil, com uma população de 6.211.223 habitantes (IBGE, 2022). Possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, com o montante de R\$ 359 bilhões e um PIB per capita R\$ 53.078,23 (IBGE, 2022). Um local que apresenta uma relação de simbiose com a história do Brasil, a centralização da urbe carioca é evidenciada desde a transferência da capital da colônia no século XVIII, em razão da maior proximidade com o epicentro da economia aurífera, onde hoje é o estado de Minas Gerais. Além disso, a partir de 1808, a cidade do Rio tornou-se, inclusive, capital do Império

Luso-brasileiro entre os anos de 1808 e 1821 acompanhado de grande parte da Corte Imperial portuguesa fugida do período revolucionário e napoleônico em território europeu (Enders, 2016). A cidade durante muito tempo será o principal mercado consumidor do império e posteriormente do país. As principais instituições do Estado brasileiro se constituíram no território carioca e permaneceram até 1960 com a mudança para o planalto central, Brasília.

As características da metrópole do Rio de Janeiro são destacadas por todo mundo, uma cidade respeitada mundialmente, seja pela função cultural, ambiental, econômica e política. Exibiu capilaridade e influência nas áreas limítrofes de sua Região Metropolitana e foi, durante um grande período, um modelo urbano para as outras cidades brasileiras, reverberando coerências e contradições das conjunturas econômica, institucional e ideológica que vigoravam no país. (Abreu, 2013). Contudo, a partir dos últimos anos, especialmente com a chegada do século XXI, esse ambiente, associado com as mudanças econômico-produtivas do capitalismo contemporâneo e das alterações do espectro político regional e nacional, passará por uma grave tensão nos aspectos socioeconômicos.

A informalidade observada na cidade do Rio de Janeiro configura-se como um indicador relevante da vulnerabilidade socioeconômica que tem acometido o município ao longo dos últimos anos. Tal fenômeno, intrinsecamente ligado ao mercado de trabalho, pode ser compreendido como a prática de atividades laborais sem o devido registro formal, caracterizada pela ausência de formalidades contratuais, pagamento de impostos e acesso a benefícios e direitos trabalhistas assegurados pela legislação.

Diversos elementos concorrem para a elevada taxa de informalidade que permeia a realidade carioca. Um fator preponderante é a escassez de oportunidades de emprego formal, especialmente no que tange a posições que garantam uma remuneração adequada. Em decorrência disso, muitos indivíduos encontram-se compelidos a engajar-se em atividades informais; como o comércio ambulante, a prestação de serviços informais e o trabalho doméstico sem registro, na busca por subsistência.

Ademais, a crise econômica que assolou o país nos últimos anos impactou negativamente o mercado de trabalho, resultando em um significativo contingente de pessoas que se voltaram para este setor como uma alternativa para prover o sustento de suas famílias. A insuficiência de investimentos em categorias produtivas, e a ausência de políticas efetivas de geração de empregos também contribuíram para a disseminação da informalidade. A vulnerabilidade socioeconômica derivada da informalidade está intrinsecamente associada a

uma série de problemas sociais. Os trabalhadores informais apresentam um acesso reduzido aos direitos trabalhistas, tais como salário mínimo, jornada de trabalho regulamentada, férias remuneradas, benefícios previdenciários e seguro-desemprego. Além disso, esses indivíduos estão expostos a condições laborais precárias, carência de segurança no emprego e falta de proteção social.

É importante salientar também que a informalidade acarreta implicações a arrecadação de impostos, uma vez que muitos trabalhadores não contribuem para o sistema tributário. Essa situação compromete a capacidade governamental de investir em serviços públicos de qualidade; como saúde, educação e infraestrutura, constituindo um obstáculo adicional ao desenvolvimento socioeconômico do município. Dessa forma, a alta incidência de informalidade verificada no contexto do Rio de Janeiro é um indicador relevante da vulnerabilidade socioeconômica que tem afligido o município nos últimos anos. Esse cenário demanda a implementação de políticas públicas que visem fomentar o emprego formal, promover a regularização dos trabalhadores informais e combater a desigualdade social. É imperativo que tais iniciativas considerem as particularidades da realidade local e proporcionem oportunidades equitativas, independentemente da natureza do trabalho desempenhado pelos indivíduos.

Com a ausência de empregos de carteira assinada, um contexto de desesperança, sucessivas crises econômicas, políticas e inúmeros episódios de corrupção, os índices de pessoas que buscam empregos alcançam números cada vez mais expressivos. A cidade do Rio de Janeiro é o retrato fidedigno da decadência do Brasil em uma escala local. A pobreza está presente na sociedade carioca, não falamos aqui apenas de uma privação econômica e material, mas também de uma privação de um modo de vida. Milton Santos (2007, p. 21) expressa que “a pobreza deve ser tolerada como inerentes às agruras do crescimento econômico”, ou seja, é concomitante aos desígnios do sistema capitalista. Não temos a constituição do exercício da cidadania, o brasileiro foi concebido mediante a figura do consumidor, ou melhor, do usuário. O crescimento econômico sempre estava associado à invocação a um consumo exacerbado. Santos (2007, p.49) explicita que “a glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade, que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania”.

As novas formas de trabalho ou a ausência dele proporcionam aos indivíduos as condições mais adversas para angariar renda. A concepção da palavra trabalho seria derivada

do latim de *tripalium*, um instrumento confeccionado de três paus aguçados, com ponta de ferro, utilizado na agricultura. O verbo *tripaliare* significa “torturar sobre o *trepalium*”, um suporte de três troncos utilizado para tortura (Albornoz, 1994). A palavra trabalho trazia em seu âmago uma consciência dolorosa, cativeiro, castigo, perda de liberdade. A ideia mais primitiva de trabalho está compatível com as peculiaridades e atribuições do labor atual: uma experiência dolorosa e dilapidadora. Termos como flexibilização, autonomia, reestruturação, colaborador, intermitente e liberdade corroboram a precarização dos trabalhadores. O caráter do trabalho informal é o último recurso que o “cidadão” despossuído de bens de produção pode recorrer para “sobreviver” em um sistema espoliativo. Portanto, a cidade do Rio de Janeiro um dos cenários de maior informalidade do Brasil, algo perceptível em todas as áreas do município, como no transporte ferroviário, nas vias expressas ou áreas comerciais por toda a cidade, vivendo um dia por vez sem a hipótese de traçar perspectivas.

Vivemos em um sistema que mantém sua reprodução através das crises e reestruturações, exercendo reverberações em todos os âmbitos da sociedade. A cidade do Rio de Janeiro está inscrita nesse sistema contemporâneo de acumulação e contradições. Uma cidade que possui grande notoriedade internacional, desta maneira, sofrerá as consequências dos novos tempos. A cidade do Rio de Janeiro, além de ser rememorada como a “cidade maravilhosa”, também é evocada com a cidade da pobreza urbana e a consumação da informalidade (Ribeiro *et al.*, 2021). É fundamental compreender o processo de precarização e informalidade da conjuntura do trabalho na cidade do Rio de Janeiro, em especial em sua área central, o coração político-econômico da capital fluminense. Entender como as alterações do capitalismo mundial reverberaram no território brasileiro, preconizando consigo uma intensificação das disparidades sociais e de pobreza urbana. O advento da informalidade é responsável pela “sobrevivência” das pessoas de menor poder aquisitivo e sem segurança social e econômica, contudo, viver sob o presságio da inexistência do horizonte, é a materialização da desumanização do trabalho.

O objetivo central desse artigo é analisar as dinâmicas da informalidade no mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro, suas causas estruturais e os impactos socioeconômicos na desigualdade socioespacial, com foco na precarização do trabalho e nas políticas públicas necessárias para mitigar esses efeitos.

CIDADE MARAVILHOSA: POBREZA, DESIGUALDADE E MARGINALIDADE

O Rio de Janeiro possui muitas vocações, sejam elas naturais, culturais ou econômicas, contudo, não podemos nos furtar de que esse município, desde sua concepção, fora marcado por violência, autoritarismo e desigualdade. Isso se reflete até hoje no espaço carioca. A historiografia da cidade ilustra diversos momentos hostis e que corroboraram a atual conjuntura de discrepância. Este município, durante o século XIX, teve a maior cidade escravista das Américas, na qual recebiam todos os anos até 1850 milhares de escravos oriundos do continente africano no porto do Rio de Janeiro. Só no século XIX, aproximadamente 900 mil escravos chegaram ao Rio (Soares, 2007). Além disso, após a abolição da escravatura em 1888, a cidade ainda passou por algumas alterações urbanas que vão ditar toda a organização socioeconômica da capital do estado do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro serviu de modelo urbano para todo o Brasil e até os anos de 1950 era o aglomerado urbano de maior número no cenário nacional. Mesmo em um estágio na hierarquia urbana inferior a São Paulo, o Rio de Janeiro ainda continuou exercendo influência metropolitana Brasil afora. Ao longo de sua história, a cidade do Rio de Janeiro foi capital da Colônia Portuguesa do Estado do Brasil, de 1621 a 1815, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de 1815 a 1822, do Império do Brasil, de 1822 a 1889 e da República do Brasil até 1960. Desta maneira, houve uma centralização e concentração em torno da cidade carioca, ou melhor, no seu núcleo. Devido a isso, a população cresceu de maneira vertiginosa com grandes transformações oriundas do poder do capital privado e público. Muitas áreas que eram vistas anteriormente com verdadeiros desertos, passaram a fazer parte da expansão da lógica do capital urbano (Abreu, 1987).

O início do século XX é um período de transformações para a cidade do Rio de Janeiro, e havia uma exigência elementar na formação da cidade carioca em um ambiente propício à concentração e à acumulação do capital (Abreu, 1987). Passos alterou toda configuração que existia de cidade, imprimindo a marca da modernidade inclusive em bairros que não tinham o mínimo de infraestrutura. A população mais pobre, que residia na área central da cidade em cortiços, foi retirada pelas instituições de segurança do Estado e ocupou locais que eram até então desinteressantes para os agentes imobiliários e para a prefeitura e ainda possuíam péssimas condições de salubridade. Morros localizados no centro da cidade foram densamente ocupados, como Morro da Providência, Morro Santo Antônio, Morro do São Carlos, uma opção para os trabalhadores que necessitavam morar próximo aos postos de trabalho.

A população na cidade crescia cada vez mais, os morros da área central não comportariam todo esse contingente e os subúrbios se tornaram uma alternativa mais imediata e natural para a expansão urbana da cidade. As freguesias urbanas de Engenho Velho e Engenho Novo obtiveram um aumento populacional exponencial, e, em 1890, a população residente era de 36.988 e 27.873, já em 1906, os montantes estavam em 91.494 e 62.898 indivíduos, respectivamente. Além disso, nas freguesias rurais de Inhaúma e Campo Grande, mais afastadas do centro, os números foram em 1890 de 17.448 e 15.950 para 68.557 e 31.248 em 1906, respectivamente (Abreu, 1987).

O espaço pode ser entendido como o “locus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (Corrêa, 1995, p. 25); ou seja, as alterações vivenciadas na cidade carioca com o intuito de romper com a imagem de retrógrada, atrasada e arcaica consubstanciaram em repercussões em toda a nação, porém, maioritariamente, nos grupos sociais mais humildes que residiam na área central da cidade.

Ainda nesse resgate histórico, não podemos esquecer que a transferência da capital para Brasília impactou demasiadamente nos investimentos, nas receitas e contas públicas da cidade carioca. Até o dia 21 de abril de 1960, o Rio era a capital brasileira, conseqüentemente sede dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) da república e de grande parte do funcionalismo público federal. E no intervalo de quinze anos, de 1960 a 1975, foi criada em substituição a antiga capital, com os mesmos limites territoriais da antiga capital, o estado da Guanabara.

Porém, em 1974, por decisão de caráter autoritário do Presidente Geisel, o estado da Guanabara é fundido com o estado do Rio. Os desafios eram enormes, como juntar estados completamente distintos historicamente, economicamente e politicamente. Três deles são fundamentais nesse entendimento: Incompatibilidade econômica e social, incorporação aos projetos da união e as reações políticas após a fusão (Motta, 2001). Não podemos esquecer que os rumos da fusão têm como objetivo unir uma unidade federativa rica com um pobre, desta maneira, equacionar disparidade e rivalizar com São Paulo.

Contudo, os receios que alguns políticos e autoridades tinham no momento da transferência da capital para o planalto central acabam se confirmando, por exemplo, o Rio de Janeiro é impactado por uma esvaziamento econômico, perda de protagonismo político para São Paulo nas decisões que abarcam o Brasil e ausência de execução política na integração dos

estados fundidos, haja vista o grande descompasso entre os municípios do interior com a capital, até mesmo aqueles que fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Com o fim dos anos 1990 e a chegada dos anos 2000, após a estabilização financeira do Brasil mediante o Plano Real, um cenário de expectativas foi concebido. Sem contar com os investimentos na indústria do petróleo que são fundamentais na economia do estado do Rio de Janeiro. Um ambiente propício para alçar metas ambiciosas, inclusive mercantilizando a cidade para o mercado externo. Os grandes eventos esportivos internacionais despontaram em um momento promissor para o Brasil e a cidade do Rio, a grande vitrine e cartão de visitas da nação.

Os megaeventos, Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016, tiveram como palco a cidade maravilhosa, a qual recebeu um grande fluxo de capital, investimentos, expectativas de desenvolvimento socioeconômico e também promessas, as quais não lograram êxito. Após o fim dos eventos esportivos, os legados deixados na cidade, sob uma perspectiva pragmática, foram mais de caráter prejudicial do que benéfico.

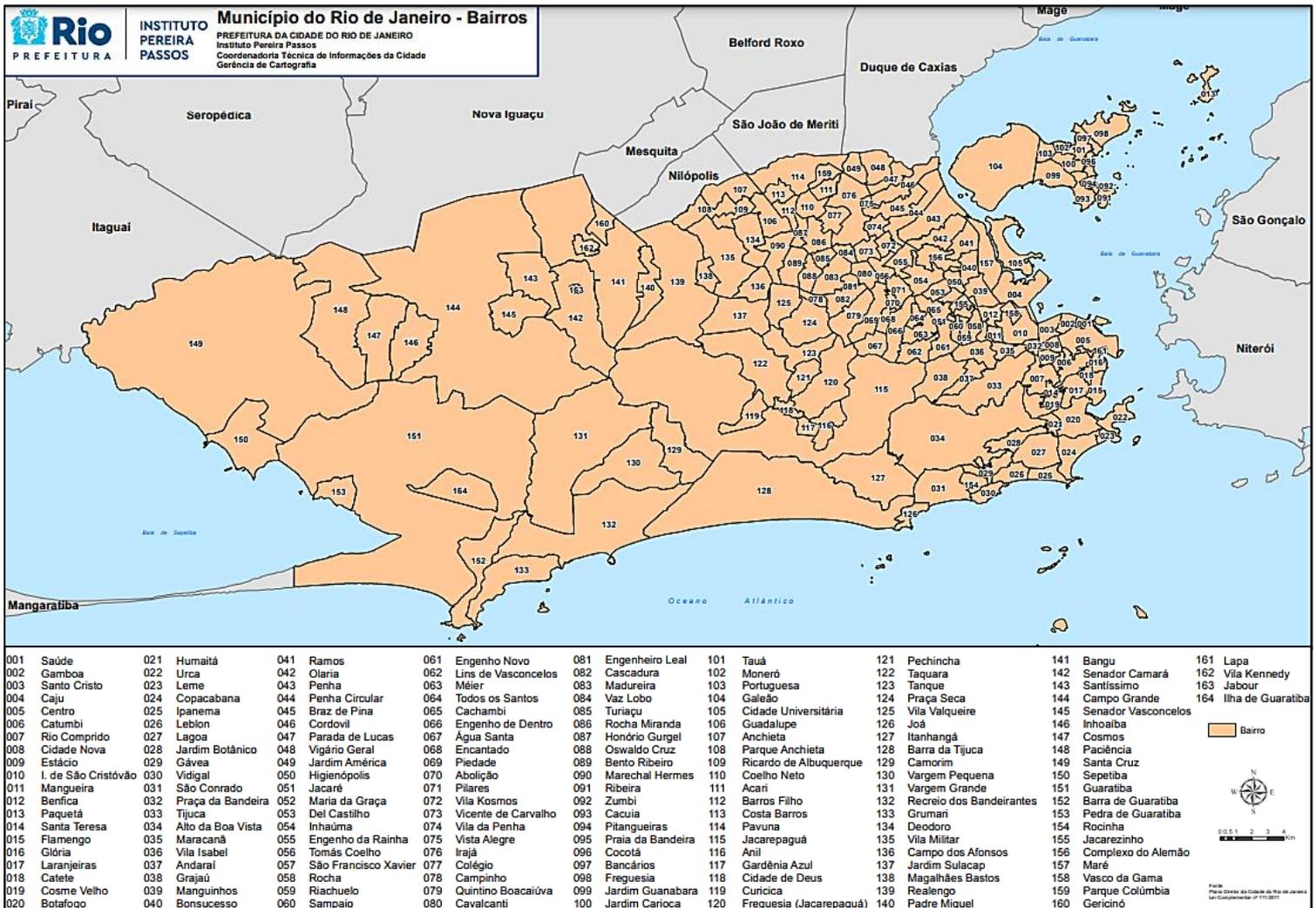
A exacerbada especulação imobiliária incrementou substancialmente valor dos imóveis em todas as áreas da cidade, sobretudo aquelas que receberam revitalização ou melhorias de infraestrutura. A população que anteriormente habitava esses espaços foi forçada a buscar outros locais de morada, rompendo com toda afetividade, solidariedade e pertencimento inseridos naquele lugar, portanto corroborando o aumento da desigualdade social.

A infraestrutura de transporte público sofreu com a ausência de investimentos adequados e o sucateamento dos meios de locomoção. Dentre os problemas identificados, destaca-se o encerramento de muitas linhas municipais expressas de ônibus, o que prejudicou a mobilidade dos cidadãos e gerou insatisfação generalizada. A qualidade do transporte público em geral foi afetada negativamente, resultando em superlotação, serviços de menor qualidade e tarifas cobradas demasiadamente caras frente a função prestada (CASA FLUMINENSE, 2022).

Outro aspecto preocupante diz respeito ao endividamento da cidade e do estado. A preparação e realização da Copa do Mundo e Olimpíadas demandaram investimentos massivos, levando a um aumento considerável da dívida pública. O Rio de Janeiro enfrentou dificuldades para honrar com seus compromissos financeiros, o que resultou em atrasos nos pagamentos dos salários dos funcionários públicos e na prestação de serviços básicos à população. Para agravar a situação, o contexto político e econômico nacional durante esse período foi marcado por uma grave crise. O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a prisão dos últimos

governadores do estado do Rio de Janeiro (Anthony Garotinho, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão) contribuíram para a instabilidade política e acentuaram os desafios enfrentados pela cidade e agravar os já existentes.

Após discorrer sobre alguns marcos históricos da cidade do Rio de Janeiro, é necessário explicitar sobre a importância de suas informações gerais para o estado do Rio de Janeiro e o Brasil. Isto evidenciará um paradoxo existente nesta delimitação, que a cidade carioca é um espaço de geografias desiguais. A cidade do Rio conta com uma população de 6.211.223 habitantes, densidade demográfica de 5.174,60 hab/km² e possui uma extensão territorial de 1.200,32 km² (IBGE, 2022). O território carioca é regionalizado em 16 Áreas de Planejamento – AP (Centro, Zona Sul, Tijuca, Ramos, Méier, Madureira, Inhaúma, Penha, Pavuna, Ilha do



Governador, Jacarepaguá, Barra de Tijuca, Bangu, Campo Grande), 33 Regiões Administrativas e dividido em 164 bairros (IPP, 2023).

Figura 1: Mapa dos Bairros do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/PCRJ::mapa-dos-bairros-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-2017/explore>

Além disso, quando analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) está em 0,799, classificado como alto. A expectativa de vida no Rio de Janeiro é de 75,69 anos (PNUD/IPEA/FJP). Já os indicadores demográficos de natalidade são 12,8 por 1000 habitantes, mortalidade 9,0 por 1000 habitantes e mortalidade infantil 12,7 por 1000 nascidos vivos (IPP, 2023). Em relação às características acerca da hierarquia urbana brasileira, o Rio de Janeiro é classificado como uma Metrópole Nacional (1B) - Município integrante do Arranjo Populacional do Rio de Janeiro/RJ, portanto posto que a coloca, juntamente com São Paulo e Brasília, como uma das cidades mais importantes do Brasil.

A economia carioca dinamiza não só a área do seu município, mas também a Região Metropolitana e todo o estado do Rio de Janeiro. No ano de 2018, o município do Rio de Janeiro foi responsável por 48% da composição do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio de Janeiro, isso representa R\$ 364.052.058.000 (CEPERJ, 2020). Para se ter a compreensão da pujança e concentração da economia carioca, os municípios que completam o *ranking* são Duque de Caxias (5,5%), Niterói (5,3%), Campos dos Goytacazes (4,3%), Maricá (3,6%) e São Gonçalo (2,4%). O montante financeiro que representa o PIB do estado do Rio de Janeiro é de 758.859.046.870, o segundo maior do Brasil (IBGE, 2020).

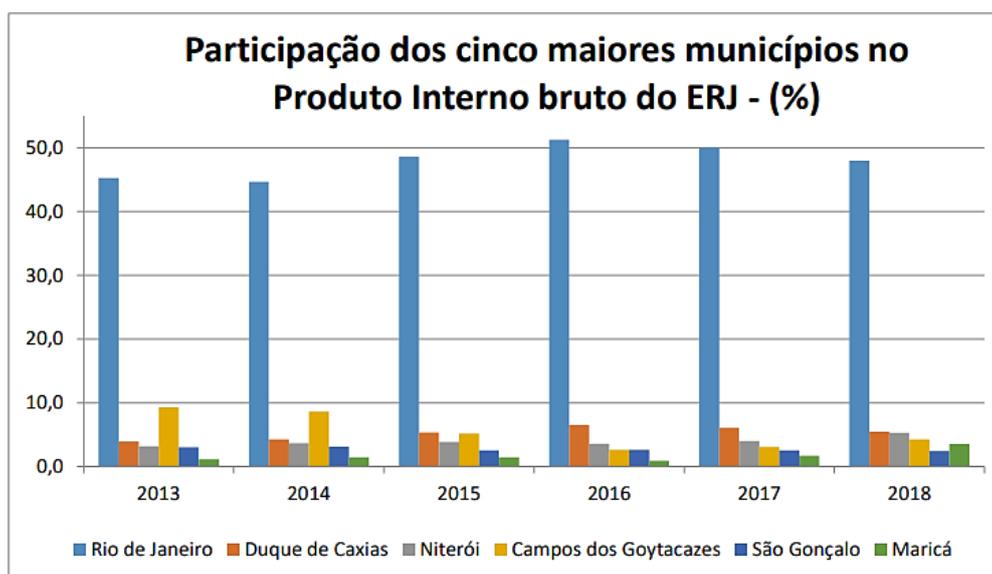


Gráfico 1: Participação dos seis maiores municípios no Produto Interno Bruto do ERJ (2013-2018). Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Admin/Uploads/PIB-MUICIPIOS-DEZ-2020 \(1\).pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Admin/Uploads/PIB-MUICIPIOS-DEZ-2020 (1).pdf)

Entre as atividades que mais contribuíram para a economia municipal foram Serviços, R\$ 184.727.809.000. Seguido por Impostos sobre Produtos, R\$ 92.388.755.000. Administração Pública com R\$ 50.192.408.000. Indústria na ordem de R\$ 36.657.075.000. Por último, também com menor expressão, a atividade de agropecuária totalizando R\$ 80.011.000. O PIB *per capita* do município carioca foi de 15.598 (CEPERJ, 2020). Números expressivos, os quais reforçam a expertise econômica do Rio voltada para os setores terciário, majoritariamente, e também, para o secundário. Em razão da elevada taxa de urbanização, as atividades voltadas à agricultura e à pecuária não demonstram relevância.

É uma grande contradição um município tão rico, o qual sedia eventos de natureza internacional, sede de grandes instituições financeiras, espetáculos esportivos e solenidades diplomáticas, conviver com a mais escabrosa realidade social do estado do Rio de Janeiro. No momento em que mencionamos as peculiaridades disfarçadas em torno da urbe carioca, aquelas que reforçam o signo de pauperização, talvez a condição de pessoas em situação de rua é a mais desoladora possível, haja vista que um direito básico dos seres humanos seja habitação. Reforço isto inclusive com a Constituição Federal de 1988, que explicita a República Federativa do Brasil tem como objetivo, em seu Art. 3º, III parágrafo, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Além disso, no Art. 5º, XXII parágrafo, “é garantido o direito de propriedade” (BRASIL, 1988). Portanto, há cariocas que são marginalizados ao ponto de não gozarem da dignidade dos direitos de nossa Carta Magna.

Em 2022, foi realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro o 2º Censo intitulado “População em Situação de Rua no Rio de Janeiro”. Nele a cidade foi regionalizada em quatro grandes distritos censitários (Zona Oeste, Centro, Zona Sul e Zona Norte) e subdivididos em 278 setores. De acordo com a pesquisa, há na cidade do Rio de Janeiro 7.865 pessoas em situação de rua, 6.253 na literalmente na rua e 1.612 em algum ambiente institucional sob responsabilidade da prefeitura (RIO, 2023). Do quantitativo, 6.443 são do sexo masculino, 1.377 do sexo feminino e 45 não se identificaram. A faixa etária predominante está entre os adultos de 18-30 (2.384) e 31-49 (3.184). A Área Central da metrópole carioca concentra um total de 2.220 indivíduos. Seguido pela Zona Sul, incluindo Grande Tijuca com 1.463 indivíduos. Zona Norte (Ramos, Méier, Madureira, Inhaúma, Penha, Pavuna e Ilha do

Governador) conta com 2.380 indivíduos. Barra e Jacarepaguá apresenta contingente de 745 indivíduos. Por último, a Zona Oeste (Bangu, Campo Grande e Santa Cruz) contam com 1.057 indivíduos.

Quanto aos aspectos demográficos referentes à Cor/Raça, 48,4% se autodeclaravam pardos, 35,3% pretos, 14,9% brancos, 0,3% amarelos, 0,4% indígena e 0,7% não se identificaram. A grande maioria de pessoas possuem baixa escolaridade, 64,0% dispõem do fundamental incompleto, 6,2% fundamental completo, 9,5% médio incompleto e 14,1% médio completo. Uma realidade que dificulta bastante a inserção destas pessoas no mercado de trabalho é ausência de qualificação. Um outro fator é a inexistência de documentação civil, que aos olhos do estado, mostra essas pessoas como invisíveis concomitantes ao status de marginalização (RIO, 2023).

A situação de vulnerabilidade é influenciada pela ausência de renda, no caso, falta de trabalho. O estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio são locais que apresentam índices vultuosos de desemprego, informalidade, subutilização e desalento.

As alterações conjunturais no mundo produtivo provocaram uma forte dilapidação do trabalho, seja nos países capitalistas centrais e mais ainda nos periféricos subdesenvolvidos. A cartilha neoliberal redigida pelo Consenso de Washington fez com que países da América Latina e Central, Sudeste Asiático e África fossem severamente espoliados e dependentes pelos agentes econômicos supranacionais. Os trabalhadores em todo o mundo tiveram que recorrer às práticas de informalidade e subempregos para sobreviver (Santos, 1978).

Em um momento de transição do sistema político e econômico, interpretações e práticas que não eram aceitas nos países centrais agora são toleradas, até mesmo discutidas e reconhecidas. Em uma conjuntura de pleno emprego, o fenômeno de informalidade jamais seria mencionado como uma realidade em nações desenvolvidas, contudo, a partir do momento que as sucessivas crises atingem o capitalismo, é necessário transmutar o “quase dogma” do pleno emprego com seguridade (Machado Da Silva, 2002). O advento da informalidade havia se espreado para todo o globo, com características até semelhantes independentes do grau socioeconômico. Aliás, embora estejamos abordando o mundo do trabalho, a condição do informal reverberava para outras áreas da sociedade também, como habitação, política, relações de gênero.

Quando abordamos essa categoria de ocupação é importante que façamos o levantamento de algumas características gerais da informalidade, a qual se aproveita das

brechas que o trabalho formal dispõe. As particularidades dos trabalhadores citadas são daqueles que despossuídos de capital. Temos então:

- 1) o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes com extensão de seu próprio trabalho;
- 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando a manter também sua atividade econômica; essa forma de trabalho não propiciava acumulação ao produtor direto;
- 3) o proprietário mantinha domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção (Cacciamali, 1983, p. 28 apud Alves *et al.*, 2006, p. 5)

Atualmente, concomitante a condição de sucessivas crises econômicas e reestruturações no mundo laboral, a mão de obra do trabalhador comum é precarizada, ainda mais se observarmos o panorama das grandes cidades do mundo. Isso muito se deve ao panorama que Cacciamali vai denominar a existência de quatro elementos condicionantes da configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e do setor informal. São eles:

- 1) os processos de reestruturação produtiva;
- 2) a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros;
- 3) o aprofundamento da internacionalização e a maior abertura comercial das economias;
- 4) a desregulamentação dos mercados (Cacciamali, 1983, p. 163 apud Alves *et al.*, 2006, p. 5)

Após os anos de 1990, as formas de precarização do trabalho evoluíram, fugindo apenas do perfil do trabalhador informal tradicional. Hoje também temos a classe de trabalhadores assalariados sem registro, trabalhadores por conta própria. Ofício que reverberam na possibilidade de extração de mais-valia relativa com a mais-valia absoluta. Além de todas as modificações nas legislações para ampliar a flexibilização trabalhista, como a terceirização (Alves *et al.*, 2006). O advento dos aplicativos como Uber e Ifood são uma tendência que inclusive reverbera as mudanças em outras carreiras, que até então apresentavam um grau de

estabilidade. Como a capital fluminense concentra a maior parte da população do estado, ela será aquela com maiores consequências decorrentes da dificuldade de ocupação.¹

No 1º trimestre de 2023, a taxa de desemprego (desocupação) nacional é de 8,8%, simbolizando 9,4 milhões de indivíduos, além disso, contamos com 3,9 milhões de desalentados e uma taxa de subutilização de 18,9% (IBGE, 2023). Levando em consideração as regiões brasileiras, quanto ao grau e hierarquia de desocupação, o sudeste possui 8,6% de desocupação, ficando atrás apenas da região Nordeste (9,1%) e Nordeste (12,2%), já o Sul e o Centro-Oeste dispõem dos menores índices, 5,0% e 7,0%, respectivamente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui uma metodologia que define a divisão do mercado de trabalho entre aqueles indivíduos que possuem idade para executar o labor, que estão ocupados ou desocupados, e os impossibilitados, indivíduos menores de 14 anos de idade. Entre o contingente populacional em idade para trabalhar, temos a categoria de subutilização da força de trabalho², definidos por desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas³, força de trabalho potencial⁴, fora da força de trabalho potencial⁵ e os desalentados⁶.

¹ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o significado de desemprego é: Se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

² A subutilização da força de trabalho, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 2013 que seja medida pelos órgãos oficiais de estatística, engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas. A taxa de subutilização da força de trabalho é a porcentagem que esta subutilização representa dentro da força de trabalho ampliada (pessoas na força de trabalho somadas à força de trabalho potencial). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

³ Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar.

⁴ Pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

⁵ Dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho, estão as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar. Sendo assim, estas pessoas estão fora da força de trabalho potencial. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

⁶ Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: Não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

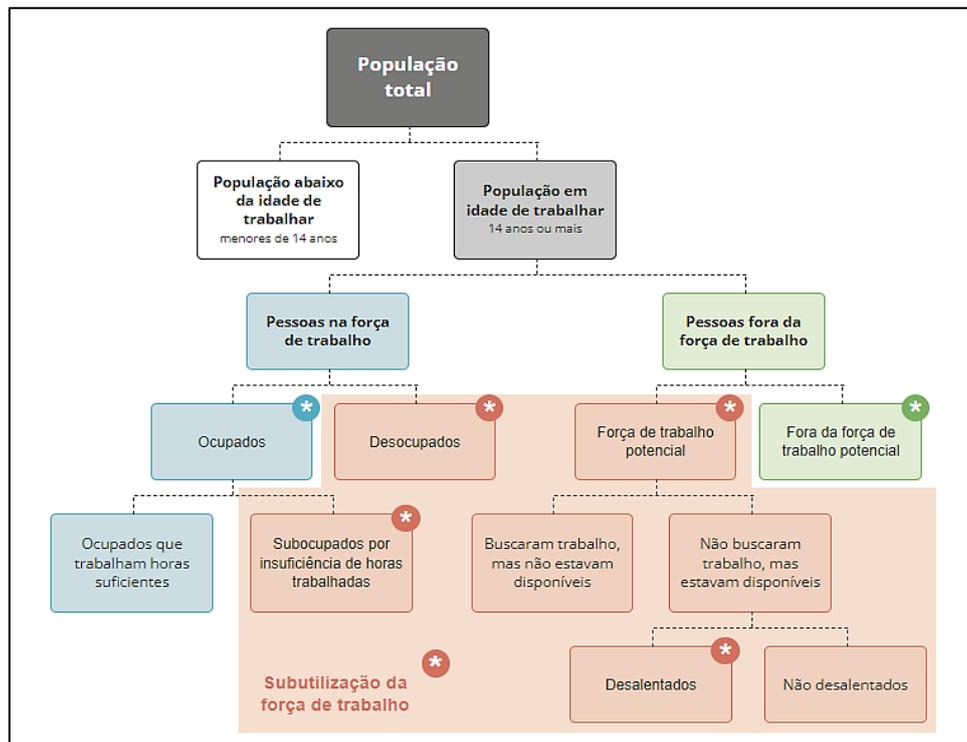


Figura 2: As divisões do mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

Ao longo dos últimos anos, principalmente a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verificamos uma grande oscilação nos níveis de desocupação na cidade do Rio de Janeiro. Como a investigação realizada pelo IBGE é divulgada em uma escala temporal de três meses, os períodos de maior taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade foram no 1º trimestre de 2012, com 8,1%, variado em 6,4% para homens e 10,1% para mulheres. Em 2016, no 4º trimestre, com taxa de 10,5%, oscilando em 8,7% para homens e 12,8% para mulheres. No ano de 2017, a maior porcentagem ficou no 2º trimestre, 13,1%, população masculina com 11,4% enquanto que a feminina esteve com 15,2%. Em 2018, o percentual foi de 13,0% no 2º trimestre, o contingente masculino foi 10,7% e o feminino teve 15,8%. O maior índice ocorreu no 1º trimestre de 2019 com 13,2%, homens ficaram com 11,0% e as mulheres ficaram com 15,9%. Em 2020, ano de eclosão da pandemia de Covid-19, o único trimestre contabilizado foi o 1º, levantamento ocorrido antes da decretação do isolamento social, um que a proporção da população desocupada ficou em 13,2%, mediante 10,1% pessoas do sexo masculino e 16,7% do sexo feminino (IBGE, 2022).

Varição de Desocupação - Maiores Valores				
Gênero	Base (%)	Varição (%)	Ano	Período
Mulheres	8,1%	10,1%	2012	1° Trimestre
Homens	8,1%	6,4%	2012	1° Trimestre
Mulheres	10,5%	12,8%	2016	4° Trimestre
Homens	10,5%	8,7%	2016	4° Trimestre
Mulheres	13,1%	15,2%	2017	2° Trimestre
Homens	13,1%	11,4%	2017	2° Trimestre
Mulheres	13%	15,8%	2018	2° Trimestre
Homens	13%	10,7%	2018	2° Trimestre
Mulheres	13,2%	15,9%	2019	1° Trimestre
Homens	13,2%	11,0%	2019	1° Trimestre
Mulheres	13,2%	16,7%	2020	1° Trimestre
Homens	13,2%	10,1%	2020	1° Trimestre

Tabela 1: Variação da Taxa de Desocupação da cidade do Rio de Janeiro (2012-2020). Elaboração própria.

Após o 1° trimestre de 2020, a pesquisa foi paralisada momentaneamente e só retornou no 2° trimestre de 2022. Ao todo foram 24 meses sem dados da PNAD em decorrência da pandemia de Sars-Cov-2 (Novo Coronavírus). Em 2022, logo após o retorno das investigações periódicas de amostra de domicílios, o 1° trimestre ilustrou uma percentagem 9,8% no desemprego, computando 7,2% para os homens e 12,8% mulheres. No 2° trimestre, o índice manteve-se o mesmo, porém com acréscimo de 8,3% para os indivíduos do sexo masculino e 12,8% para o sexo feminino. No último trimestre de 2022, houve uma retração de 1.0 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, 8,8%, divisão entre homens de 7,3% e mulheres 10,5% (IBGE, 2022). Algo que se tornou evidente com as informações da pesquisa, é a disparidade na taxa de desemprego entre os gêneros. As mulheres enfrentam muito mais entraves no mercado de trabalho que os homens. Isto sem contar com a desigualdade de salários, mesmo ambos exercendo o mesmo ofício. Uma realidade execrável, entretanto, ainda atual. Em resumo, a concomitância entre machismo, precarização do trabalho e informalidade inseridos em uma sociedade patriarcal.

Por alguns motivos, principalmente pela morosidade do IBGE na divulgação de informações sobre aspectos econômicos individuais das cidades brasileiras e também pelo Rio de Janeiro ser uma cidade de caráter nacional, a prefeitura promove mensalmente um boletim econômico sobre o Rio. Estudo contínuo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS), que é fundamental para elucidar sobre

mudanças na conjuntura econômica do município. Instrumento que preenche uma lacuna e atualiza dados acerca do dinamismo econômico e social carioca.

No 1º trimestre de 2023, a taxa de desemprego na cidade do Rio de Janeiro foi de 9,1%, índice maior que média nacional que é de 8,8%, totalizando cerca de 9 milhões e 400 mil pessoas (IBGE, 2023). Além disso, a taxa de desalento no Rio é de 37,1 mil pessoas, um número que já esteve no patamar de 84,7 mil pessoas no 1º trimestre de 2021, um contingente expressivo. No que tange aos indivíduos que se encontram indisponíveis para o labor, seja por motivos de saúde, gravidez, localidade ou estudo, o número é de 72,6 mil, o pico deste índice chegou no 2º trimestre de 2020, no apogeu do Sars-CoV-2 (Novo Coronavírus), com 240 mil pessoas. Os aspectos combinados de taxa de desocupação e força de trabalho potencial (desalento e indivíduos indisponíveis) chegaram ao estágio de 11,8% (SMDEIS, 2023). Aliás, em relação ao montante de trabalhadores subocupados, aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais representam 24,8 mil trabalhadores formais no Rio.

Na investida de compreender a economia carioca, cerca de 86,5% é baseada no setor de serviços e comércio, portanto, a maior geração de emprego também se dará sob essas áreas. No acumulado entre janeiro de 2021 e fevereiro de 2023, segundo o Novo CAGED/Ministério de Trabalho e a SMDEIS, foram criados ao todo 200,2 mil empregos formais, 156,9 mil no setor de serviços, 15,8 no comércio, 17,3 mil na área de construção, 10,3 mil no setor industrial. Em consequência da expressividade do setor terciário carioca, uma característica muito visível, até como uma atividade secundária ou afim, serão os empregos informais. Há no Rio de Janeiro mais de 1 milhão de pessoas que adquirem sua renda destas atividades sem vínculo empregatício ou qualquer segurança laboral. Podemos elencar camelôs, entregadores por aplicativos – estes, em especial, são a maximização da espoliação do ser humano, haja vista a intermediação por um aplicativo que desconta sua comissão e muitas vezes precisam alugar bicicletas, mais um decréscimo – vendedores em geral, motorista de aplicativo.

No momento em que somamos todos os indicadores que acabamos de abordar, tais como desocupação, desalento, informalidade, subocupação e indisposição para o labor, chegamos à soma de 1,5 milhões de pessoas. Indivíduos que se encontram em vulnerabilidade econômica e social na segunda maior metrópole do Brasil (SMDEIS, 2023). Ao passo que quando comparamos com as pessoas que estão empregadas formalmente, o total é de 3,3 milhões de pessoas (formais e informais). Logo, temos com estoque de vagas formais de emprego o valor aproximado de 1.815.228 indivíduos no mês de abril (Novo CAGED, 2023). Há uma relação

muito próxima no que se refere aos números de ocupação e desocupação no universo do trabalho na cidade maravilhosa. Uma cidade desigual, em que mais da metade da população tenta sobreviver com a incipiente renda e salário, e a outra pelo menos pode se dar o privilégio de viver a vida. A cidade do Rio está sob a égide da desigualdade, um território que traduz com fidedignidade o que é Brasil mais tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nuances que abarcam a cidade do Rio de Janeiro são inúmeras, há uma pluralidade de temáticas envolvendo esse espaço urbano. Os índices de desemprego, subocupação, vulnerabilidade social estão presentes em todo o território carioca, inclusive com pessoas sem ao menos ter uma moradia e o que resta é um pedaço de calçada. Processos que foram influenciados pelas mudanças produtivas do sistema capitalista mundial concomitante com as alterações dos cenários políticos e econômicos da União, o estado e o próprio município. Analisar a conjuntura do trabalho e suas consequências nos auxilia a compreender os direcionamentos socioeconômicos que o Rio de Janeiro teve ao longo dos últimos anos, um retrato fidedigno da precarização do trabalho, informalidade e pauperização da cidade maravilhosa.

A informalidade, especialmente, ilustra múltiplas facetas do cotidiano urbano do Rio de Janeiro, atuando sob a perspectiva que amplia as disparidades sociais e econômicas. Ela não apenas reflete a ausência de oportunidades formais de emprego, mas também a capacidade de resiliência e criatividade da população em buscar meios alternativos de subsistência. Vendedores ambulantes, artesãos, prestadores de serviços autônomos são exemplos vivos dessa dinâmica, que, apesar de representarem uma economia vibrante, também denotam a fragilidade de um sistema que não consegue contemplar todos os seus cidadãos de forma digna e segura. O cenário do Rio de Janeiro, com suas favelas e comunidades, reforça vividamente essa realidade, onde a informalidade é tanto um reflexo de exclusão quanto um mecanismo de inclusão econômica, por paradoxal que pareça.

Tentamos fugir do estereótipo de que a cidade do Rio de Janeiro é sempre lembrada pela sua beleza, riqueza cultural, carisma e hospitalidade de sua população, porém assim como os aspectos positivos qualificam esse território, as desigualdades são bem perceptíveis na paisagem urbana. Ao longo desta análise sobre o desemprego, informalidade e desigualdade social na cidade do Rio de Janeiro, fica evidente a magnitude e a complexidade dos desafios

enfrentados por essa metrópole. A conjuntura socioeconômica do Rio de Janeiro é caracterizada por uma série de fatores interligados que contribuem para a persistência desses problemas, exigindo abordagens abrangentes e soluções coordenadas.

Os trabalhadores informais enfrentam condições precárias, ausência de proteção social, baixa remuneração e poucas perspectivas de crescimento profissional. Fora disso, a essa prática laboral contribui para a perpetuação das disparidades sociais, uma vez que dificulta o acesso a direitos básicos e amplia a pobreza na cidade. O contraste social é uma realidade estrutural que perpassa todas as esferas da sociedade carioca. As diferenças socioeconômicas se manifestam de maneira expressiva, com regiões extremamente privilegiadas convivendo lado a lado com áreas marcadas pela pobreza e exclusão. A falta de acesso a serviços básicos, como educação de qualidade, saúde e segurança, amplia ainda mais esse contexto e dificulta a mobilidade social.

Diante desses desafios, é crucial que as autoridades governamentais, instituições acadêmicas, setor privado e sociedade civil se unam em um empenho conjunto para interromper ou mesmo atenuar a pauperização da cidade do Rio de Janeiro. É necessário investir em políticas públicas voltadas para a geração de empregos com seguridade. Além de que, é preciso fortalecer a fiscalização e regulamentação do trabalho não formal, buscando endossar direitos e condições dignas aos trabalhadores.

Mediante as complexas dinâmicas que permeiam o mercado de trabalho informal no Rio de Janeiro, é essencial que as políticas públicas vão além de soluções genéricas como a promoção da educação. Medidas mais assertivas, como a ampliação de programas de qualificação profissional, incentivos à formalização dos microempreendedores, investimentos em infraestrutura de transporte e a descentralização das atividades econômicas, podem contribuir de maneira mais eficaz para a redução das desigualdades socioeconômicas e a inclusão de trabalhadores informais no mercado formal. Essas ações, aliadas a uma reforma tributária que contemple a realidade dos informais, poderiam ajudar a mitigar a precariedade do trabalho e proporcionar condições mais dignas e equitativas para a população trabalhadora.

Desta forma, torna-se evidente que é fundamental destacar que pontos aqui explicitados são apenas um começo para indagações e uma discussão mais ampla e aprofundada sobre um assunto necessário. A realidade social é complexa e exige uma abordagem ampla, que considere as particularidades locais e as especificidades da população. É através do debate e do engajamento de todos os atores envolvidos que poderemos construir um futuro mais promissor

para a cidade do Rio de Janeiro, onde a precarização dos indivíduos mais vulneráveis seja superada em benefício de toda a sociedade e a cidade possa ser classificada como maravilhosa também no âmbito social, em especial em políticas públicas de promoção ao emprego digno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013, 156 P.7

ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ALVES, Maríá Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 425-444, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 fev. 2024.

CASA FLUMINENSE. In: Colapso do transporte no Rio precisa ser revertido com política pública e participação social. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/colapso-do-transporte-no-rio-precisa-ser-revertido-compolitica-publica-e-participacao-social/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

CEPERJ. Produto interno bruto dos municípios. Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Dezembro 2020. Disponível em: <https://www.ceperj.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/PIBMUNICIPAL-2018.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: Um conceito-chave da Geografia. Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 1995.

ENDERS, Armelle. A história do Rio de Janeiro. Gryphus Editora, 2015.

IBGE: Desemprego. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IBGE: Produto Interno Bruto dos Municípios. In: Cidades . Brasil, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 15 fev. 2024.

IPP: Instituto Pereira Passos. In: DATA.RIO. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.data.rio/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MACHADO DA SILVA, L A (2002). Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH 37: p. 81–109.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56.

NOVO CAGED. Painel de informações do novo CAGED. In: Ministério do Trabalho e Previdência. [S. l.], 03 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWw5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 30 dez. 2023.

PNAD: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). In: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-poramostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 2 mar. 2024.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; RAITANO, Felipe Camargo. Pobreza no Brasil e na Metrópole do Rio de Janeiro: velhos problemas, novos dilemas. Caderno CRH, v. 33, 2021.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo: HUCITEC, 1978.119p.

SMDEIS: Prefeitura do Rio de Janeiro. In: Boletim Econômico do Rio . Rio de Janeiro, 1 jun. 2023. Disponível em: https://observatorioeconomico.rio/wpcontent/uploads/sites/5/2023/06/Boletim-Economico-do-Rio_06_2023.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

SOARES, Luís Carlos. O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Letras, 2007.